

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Criminal  
CONFLITO DE COMPETÊNCIA: 8040955-53.2022.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO  
CRIMINAL JUÍZO SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIAS,  
INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRINHA/BA JUÍZO SUSCITADO: JUÍZO DA  
VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA/BA PROCURADORA DE  
JUSTIÇA: NIVEA CRISTINA PINHEIRO LEITE EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA.  
PROCESSO DE EXECUÇÃO. DETERMINAÇÃO DO APENADO PARA O CONJUNTO PENAL DE  
SERRINHA/BA. SISTEMA PRISIONAL DE SEGURANÇA MÁXIMA. JUÍZO DA 1ª VARA  
CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIAS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE  
SERRINHA/BA SUSCITA CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA COM O JUÍZO DA VARA  
DE EXECUÇÕES PENAIAS DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA/BA. PEDIDO DE  
MANUTENÇÃO DO PRESO INTEGRANTE DA DENOMINADA KATIARA, REPRESENTANDO UM  
RISCO À SOCIEDADE O SEU RETORNO AO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA/BA.,  
NA CUSTÓDIA DO CONJUNTO PENAL DE SERRINHA/BA. SEGURANÇA MÁXIMA.  
POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO COM ARRIMO NO ART. 34, DO PROVIMENTO Nº  
10/2019, DA CORREGEDORIA DO TJBA., QUE ESTABELECE “A TRANSFERÊNCIA DO  
PRESO, CONDENADO OU PROVISÓRIO, PARA O CONJUNTO PENAL DE SERRINHA,  
DEPENDERÁ DE DECISÃO PRÉVIA E FUNDAMENTADA DO JUÍZO RESPONSÁVEL PELA  
EXECUÇÃO PENAL OU PELA PRISÃO PROVISÓRIA. CONCLUSÃO: PROCEDÊNCIA DO  
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. Vistos, relatados e discutidos estes  
Autos de CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA sob nº  
8040955-53.2022.8.05.0000, tendo como Suscitante o JUÍZO DA 1ª VARA CRIME,  
JÚRI, EXECUÇÕES PENAIAS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRINHA/BA,  
ACORDAM, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Seção  
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em CONHECER e, no  
mérito, JULGAR PROCEDENTE o presente Conflito Negativo de Competência,  
para reconhecer a competência do JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS DA  
COMARCA DE FEIRA DE SANTANA/BA para processar e julgar o feito, nos termos  
do voto do Relator. Sala de Sessões, data constante da certidão de  
julgamento. Desembargador JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA RELATOR PODER  
JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEÇÃO CRIMINAL DECISÃO  
PROCLAMADA Procedente Por Unanimidade Salvador, 8 de Março de 2023. PODER  
JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Criminal CONFLITO  
DE COMPETÊNCIA: 8040955-53.2022.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL  
JUÍZO SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIAS, INFÂNCIA  
E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRINHA/BA JUÍZO SUSCITADO: JUÍZO DA VARA DE  
EXECUÇÕES PENAIAS DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA/BA PROCURADORA DE JUSTIÇA:  
NIVEA CRISTINA PINHEIRO LEITE RELATÓRIO Trata-se de CONFLITO NEGATIVO DE  
COMPETÊNCIA, tendo como Juízo Suscitante, JUÍZO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI,  
EXECUÇÕES PENAIAS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRINHA/BA, e, do  
outro lado, JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS DA COMARCA DE FEIRA DE  
SANTANA/BA, como Juízo Suscitado, nos autos do processo de execução da  
pena em desfavor de MARILTON NUNES DE JESUS, autuado sob nº.  
2000273-49.2021.8.05.0080, em razão da suposta autoria da prática delitiva  
tipificada no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/2006. O Juízo Suscitado  
proferiu decisão entendendo pela incompetência para decidir sobre o local  
de custódia do apenado Marilton Nunes de Jesus, tendo em vista decisão  
proferida pela Corregedoria dos Presídios, em 24/04/2020, que determinou o  
recambiamento do custodiado ao Presídio de Serrinha/BA, com remessa da  
respectiva execução penal ao referido juízo. Por sua vez, o Juízo  
Suscitante, ao receber o feito, suscitou o presente conflito de  
competência, ao afirmar que é de competência do Juízo da Vara de Execuções  
Penais da Comarca de Feira de Santana/BA, inicialmente competente para o  
manuseio da execução de pena do apenado, a prolação de decisão acerca da

necessidade de prorrogação da inclusão do apenado em RDD, bem assim sobre o pleito de definição do local de cumprimento de pena. Os autos vieram concluso a esta Desembargadoria, na data de 10/11/2022, tendo determinado a expedição de ofícios aos Juízos Suscitante e Suscitado, a fim de que, no prazo de lei, prestassem as informações necessárias à instrução e julgamento do presente Conflito Negativo de Competência. As informações foram prestadas e, ato contínuo, os autos foram encaminhados à Procuradoria de Justiça, o Órgão Ministerial opinou pela procedência do pedido, no sentido de reconhecer a competência do JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA/BA. É o sucinto relatório. Passa-se ao voto. Salvador/BA., data registrada em sistema. Desembargador JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Criminal CONFLITO DE COMPETÊNCIA: 8040955-53.2022.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL JUÍZO SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRINHA/BA JUÍZO SUSCITADO: JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA/BA PROCURADORA DE JUSTIÇA: NIVEA CRISTINA PINHEIRO LEITE VOTO Versam os presentes autos de CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, tendo como Juízo Suscitante, JUÍZO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRINHA/BA, e, do outro lado, JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA/BA, como Juízo Suscitado, nos autos do processo de execução da pena em desfavor de MARILTON NUNES DE JESUS, autuado sob nº. 2000273-49.2021.8.05.0080, em razão da suposta autoria da prática delitiva tipificada no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/2006, objetivando o esclarecimento acerca da competência para prolação de decisão sobre a definição do local de custódia definitivo do apenado. Razão ao Juízo Suscitante. Segundo se infere dos fólios, o Superintendente de Gestão Prisional apresentou requerimento, postulando a manutenção do apenado Marilton Nunes de Jesus, vulgo "Mamai", no Conjunto Penal de Serrinha/BA, com fulcro no disposto no art. 34, I e IV, do Provimento CGJ 04/2017, sob o fundamento de tratar-se de alvo sensível no sistema prisional baiano, com função de liderança da organização criminosa denominada KATIARA, representando um risco à sociedade o seu retorno ao Conjunto Penal de Feira de Santana/BA. Por sua vez, o Juízo da Vara de Execuções Penas da Comarca de Feira de Santana/BA entendeu pela incompetência para apreciar o pleito, tendo em vista que, em 24/04/2020, fora proferida decisão pela Corregedoria dos Presídios, determinando a inclusão do apenado em RDD, com a sua consequente transferência para o Presídio de Serrinha/BA e a remessa da execução para a referida comarca. Certo é que o apenado encontra-se custodiado no Presídio de Serrinha/BA, tendo sido finalizado o prazo consignado para a sua inclusão em RDD, o que motivou o Superintendente de Gestão Prisional na apresentação do pleito de manutenção da sua prisão no retrocitado estabelecimento penal de segurança máxima, sob os fundamentos descritos alhures. Nesse sentido, ao cotejar o feito, constata-se a competência do Juízo da Vara de Execuções Penas de Feira de Santana/BA para decidir sobre a necessidade de prorrogação da permanência do custodiado no Conjunto Penal de Serrinha/BA, tendo em vista que a decisão proferida anteriormente não definiu a transferência do preso em definitivo, mas somente a sua transferência com fundamento no Provimento nº 10/2019, GSEC, em virtude da sua inclusão em RDD. Como se sabe, dispõe o art. 34 do Provimento nº 10/2019 que "a transferência do preso, condenado ou provisório, para o Conjunto Penal de Serrinha, dependerá de decisão prévia e fundamentada do Juízo responsável pela execução penal ou

pela prisão provisória”, sendo previsto no § 1º que “a execução da pena privativa de liberdade, no período em que durar a transferência, ficará a cargo do Juízo de Execução Penal da Comarca de Serrinha.” Destarte, levando-se em consideração que o Provimento supracitado não determinou a transferência definitiva do apenado, sendo ultrapassado o período de inclusão do apenado no RDD, cabe ao Juízo da execução originário, qual seja, o Juízo da Vara de Execuções Penais de Feira de Santana/BA decidir acerca de eventual prorrogação ou não da manutenção do custodiado no RDD, bem assim acerca do pleito de manutenção definitiva no sistema prisional de segurança máxima de Serrinha/BA. Diante do quanto exposto, vota-se pela PROCEDÊNCIA DO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA para reconhecer a competência do JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA/BA. Salvador/BA., data registrada em sistema. Desembargador JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA RELATOR